

Resenha

O escudo manchado: um herói em tempo de guerra
(BANDEIRA, Daslei. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2007. 92p.)

Victor Souza PINHEIRO¹

Em *O escudo manchado: um herói em tempo de guerra*, o jornalista Daslei Bandeira analisa, por meio de uma abordagem ensaística, a reinvenção do super-herói de quadrinhos Capitão América, um dos mais reconhecidos símbolos do patriotismo norte-americano na cultura pop, nas histórias produzidas para o personagem durante os anos imediatamente seguintes ao atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, em Nova York. Como uma figura notoriamente vinculada à imponência militar dos Estados Unidos e à glorificação de seu *way of life* conseguiu não apenas sobreviver comercialmente naquele turbulento período pós-traumático, mas se manter relevante no imaginário coletivo de uma população moralmente abalada? Esta é uma das questões que a obra se propõe a responder.

Logo na apresentação, o autor contextualiza a representatividade ideológica do Capitão América, lembrando que as transformações deste ao longo dos anos têm acompanhado as campanhas militares dos Estados Unidos desde sua criação em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial – evidenciando, assim, a íntima associação das aventuras do herói com a movimentação norte-americana no tabuleiro geopolítico internacional.

Antes de mergulhar numa análise específica do famoso personagem da editora Marvel Comics, porém, o ensaio dedica sua introdução a uma espécie de “mapeamento genético” do super-herói de quadrinhos, perscrutando suas origens e influências formativas desde o arquétipo heroico dos mitos antigos, herdado do inconsciente coletivo e evocado em alegorias de cunho edificante, até o surgimento dos primeiros exemplares do gênero – inaugurado, segundo o autor, em 1929 pela HQ *O Fantasma*, de Lee Falk –, passando ainda pela popularização dos folhetins e sua importância no desenvolvimento das narrativas de massa da indústria cultural. É ressaltado também

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: vlsouza@hotmail.com

que, apesar de personificarem desejos e anseios partilhados pelos leitores – estes, sedentos por entretenimento escapista que lhes permita projetar-se em seres extraordinários –, os super-heróis são submetidos aos interesses comerciais e valores ideológicos de suas empresas de criação, difundindo mensagens consonantes com o discurso hegemônico da democracia capitalista estadunidense.

O Capitão América, como o autor relata no Capítulo I, nasce de uma antevisão editorial da Timely Comics (atual Marvel) em aproveitar a iminência do alistamento militar dos Estados Unidos para a Segunda Guerra Mundial como mote para explorar um novo filão de HQs ambientadas no cenário bélico ao qual a pátria se somaria. Unindo entretenimento e nacionalismo com um *timing* certo, a revista do super-herói (*Captain America Comics*), também conhecido pela alcunha de Sentinela da Liberdade, foi um grande sucesso de vendas durante a campanha contra o Eixo e chegou a ser distribuída às tropas norte-americanas na Europa, numa prova explícita do acolhimento imediato de seu potencial propagandístico por parte do próprio governo do país.

Contudo, após a rendição dos nazistas em 1945, as vendas da revista despencaram e, de acordo com o ensaio, a Marvel Comics pelejou para adequar as histórias do herói guerreiro aos tempos de paz. Mesmo a Guerra Fria se revelou uma armadilha para os roteiristas da *Captain America Comics*, que falharam ao optar por uma abordagem maniqueísta sobre a “ameaça vermelha” do comunismo, condenando o Sentinela da Liberdade ao limbo depois que o público recusou-se a apoiar o personagem em um infame surto macartista. Somente no final dos anos 1970 o Capitão América recuperaria seu prestígio, ressurgindo mais humanizado e politicamente consciente, sob os auspícios do famoso editor Stan Lee, em tramas que refletiram explicitamente questões como o escândalo de Watergate e a intervenção militar na Nicarágua, até que a década de 1990 marcou o retorno de aventuras mais formulaicas.

Por sua vez, o Capítulo II do ensaio resgata a tradição norte-americana em produzir e disseminar símbolos patrióticos, especialmente em tempos de guerra ou desastres, não somente para transmitir segurança aos seus cidadãos, mas convocá-los para apoiar a nação em investidas militares ou esforços de reconstrução. Nesse sentido, o autor revela como os super-heróis, concebidos primordialmente para satisfazer interesses mercadológicos, foram sendo assimilados como novos símbolos de integração identitária e orgulho nacional, chegando a se unir, à época da Segunda

Guerra Mundial, ao Tio Sam, emblemático personagem das propagandas oficiais, em sua campanha de estereotipação para justificar a aniquilação dos países inimigos a partir de uma visão maniqueísta. Em uma das capas de revista da época, o Superman apela ao leitor: “Você pode esbofetear um *japa* comprando títulos de guerra!” (p. 47).

A obra, em seguida, evidencia a influência das propagandas de governo na construção dos heróis patrióticos e em como eles servem a comunicações oficiais. O uso do Capitão América no pós-11 de setembro é um claro exemplo: além de o personagem ter estampado cartazes pelas ruas de Nova York mobilizando a população para doação de sangue e homenageando policiais e bombeiros mortos pelos ataques terroristas, suas revistas produzidas após o atentado trouxeram capas de tom ufanista e propagandístico, inspiradas nos antigos pôsteres do Tio Sam, como um oferecimento de conforto emocional e esperança aos leitores, reafirmando sentimentos de orgulho nacional e garantindo a proteção do povo pelo governo e as forças armadas.

Apesar disso, como o Capítulo III do ensaio demonstra, as histórias estreladas pelo Capitão América nesta sua primeira encarnação após os ataques ao World Trade Center trazem um tom mais maduro e crítico na abordagem do traumático evento, concebendo vilões representativos do histórico de truculência bélica e intervencionismo predatório dos Estados Unidos, como um nativo americano que busca vingar o genocídio dos indígenas e “extinguir a América” dos “invasores” (p. 62), e um terrorista árabe que denuncia o próprio terrorismo historicamente cometido pelo governo norte-americano. Optando por antagonistas mais complexos, os autores dessa nova fase do Sentinela da Liberdade fizeram discursos críticos à política externa estadunidense ressoarem profundamente no super-herói, que assume a culpa de seus governantes, mas reafirma a inocência de seu povo: “Aqueles dias acabaram. Aprendemos com os erros” (p. 65).

Assim, nas HQs do Capitão América pós-11 de setembro, como aponta o estudo, nota-se a preocupação da Marvel Comics e dos autores John Ney Rieber e John Cassaday em desvincular o super-herói das impopulares decisões políticas da administração de George W. Bush, fazendo-o revelar publicamente sua identidade secreta como o soldado geneticamente modificado Steve Rogers e desconstruindo seu status mitológico ao retratá-lo como um cidadão pacifista, amargurado com a obsessão beligerante de seu país – conduta que, não por acaso, coincide com o posicionamento da

própria editora sobre a Guerra ao Terror. Essa desmitificação também reflete um esforço de afastar o personagem do patriotismo cego ao qual costuma ser associado, libertando-o do ufanismo anacrônico e da subserviência aos interesses do Estado, para então recriá-lo como um herói de voz e atitudes politicamente críticas. Mas apesar de ter se rebelado contra o seu governo, recusando uma convocação oficial para caçar terroristas, o antibelicoso Capitão América pós-11 de setembro reafirma seu comprometimento com a defesa do “sonho americano”, esse vago ideal religiosamente perseguido por seu povo. Desta forma, mesmo renovado para se adequar à configuração cultural pós-traumática dos Estados Unidos, o mito segue honrando o discurso ideológico intrínseco ao seu poder simbólico para corresponder às expectativas do público.

Finalmente, na conclusão da análise ensaística, Daslei Bandeira destaca o Capitão América como caso emblemático na resposta dos quadrinhos norte-americanos ao 11 de setembro. Desde que foi criado, no embalo da mobilização de guerra dos Estados Unidos contra o avanço do nazifascismo, o Capitão América, que incorporou o messianismo narcisista do governo norte-americano como nenhum outro super-herói, tem sido conscientemente explorado pela Marvel Comics para refletir, não necessariamente sob um viés crítico, determinados momentos da conjuntura política de seu país no mundo real. E sendo um personagem tão evocativo dos Estados Unidos quanto de sua história fora das páginas, seria natural que o Capitão América fosse convocado para o luto coletivo lamentado por vários outros heróis, como o Homem-Aranha e o Superman, após os ataques terroristas ao World Trade Center – um desastre de cujos escombros o Sentinela da Liberdade ressurgiu não mais como uma submissa arma de guerra, mas um cidadão que internaliza o clamor popular pela paz, preferindo proteger os civis das consequências do conflito a liderá-lo em nome de seu país. Posteriormente, Rieber e Cassaday foram substituídos por outros autores porque o público não aprovou os rumos que o Capitão América vinha tomando nesta nova fase; mesmo o esforço louvável de trazer a uma mídia de massa uma apreciação tão original da Guerra ao Terror não sobreviveu às imposições e metas pragmáticas do mercado.

O escudo manchado é, assim, um instigante exercício de elucidação das engrenagens que movimentam a indústria das HQs de super-heróis norte-americanas, especialmente num período em que uma população fragilizada busca amparo em seus

semideuses de papel para superar o abatimento moral e psíquico provocado por uma catástrofe sem precedentes em seu país. Munido de uma linguagem acessível e ideias bem articuladas, o ensaio acerta ao se debruçar sobre todos os fatores em jogo no pacto de cumplicidade entre o leitor e a HQ de super-herói, no qual esta, pretendendo-se diegeticamente uma realidade paralela, verossímil senão pela existência dos superseres, é constantemente desafiada a equilibrar a necessária imutabilidade de seus personagens fantásticos – eles mesmos, construções míticas consolidadas no imaginário coletivo, cuja essência iconográfica e ideológica deve ser preservada em nome de seu status mitológico – com a volatilidade de um mundo real submetido a interesses financeiros e conflitos políticos. A obra de Daslei demonstra que, no pós-11 de setembro, as editoras de quadrinhos dos Estados Unidos encontraram uma única alternativa para manter tal pacto (ao menos quanto aos personagens mais célebres): sacrificar o caráter escapista de suas histórias e não apenas levar o mesmo atentado terrorista à sua realidade paralela, mobilizando os super-heróis ao dever moral e cívico de se enlutar junto à população, como procurar justificativas para a ausência destes no momento e local do desastre, assumindo o risco de criar soluções implausíveis para um universo de mocinhos habitualmente infalíveis.

Enfim, *O escudo manchado* constitui uma bem-vinda contribuição à bibliografia acadêmica dedicada à influência da indústria cultural no imaginário coletivo de uma sociedade, suscitando reflexões pertinentes a respeito do expressivo simbolismo emanado pelos tradicionais super-heróis dos Estados Unidos – cujo poder de penetração no *ethos* norte-americano é tamanho, que chega a lhes inculcar um papel social enquanto seres que personificam os ideais da nação em um universo que, apesar de paralelo, sempre estará suscetível aos devires da realidade.